

All correspondence referring to announcements and subscription of Government Gazette must be addressed to its Administration office. Literary publications will be advertised free of charge provided two copies are offered.

Toda a correspondência relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se receberem dois exemplares anunciam-se gratuitamente.



SUBSCRIPTION RATES — ASSINATURA

	YEARLY (Anual)	HALF-YEARLY (Semestral)	QUARTERLY (Trimestral)
All 3 series (As 3 séries)	Rs. 40/-	Rs. 24/-	Rs. 18/-
I Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-
II Series	Rs. 16/-	Rs. 10/-	Rs. 8/-
III Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-
Postage is to be added when delivered by mail — Acresce o porte quando remetido pelo correio			

GOVERNMENT GAZETTE

BOLETIM OFICIAL

GOVERNMENT OF INDIA

Ministry of Petroleum, Chemicals, Mines and Metals

(Department of Mines and Metals)

Office of the Controller of Mining Leases

Order

CML-(Z-244)/70-G

Under the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 and the Rules made thereunder.

This is a case for modification of the terms and conditions of the undermentioned mining lease of Oxide of Iron and Manganese held by Shri Manuel Caetano Piedade Pacheco, so as to bring the lease into conformity with the provisions of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 (hereinafter called the 1957 Act), and the Rules made thereunder.

Case no.	Number and date of title Número e data do título	Mineral	Name of the mine Nome da mina	Area in hectares Área em hectares
Z-244	94 of 14-11-1952	Oxide of Iron and Manganese	Deulaoili Gholl, etc.	32.7500

Notices were served on the lessee, in accordance with the aforesaid Rules, in which the proposed modifications were conveyed to him.

After carefully reviewing and examining all the documents produced by the lessee and the arguments advanced by him, it is hereby ordered that the lease in question stands modified as follows:

1. The period of the lease shall be twenty years commencing from the 15th January, 1966, in all the cases.

Period of the mining lease	Rate of the dead rent per hectare
1. 1st year	Nil
2. 2nd year to the 5th year	Rs. 12-50
3. 6th year to 10th year	Rs. 25-00
4. 11th year onwards	Rs. 37-50

2. The dead rent shall be payable as specified in the Schedule below:—

(a) Those leases which are in operation for less than one year as on 1-4-68 enjoy the benefit of «nil» dead rent for the balance period to make up one year in all and thereafter are charged at the rate of Rs. 12-50 per hectare for four more

(Tradução)

GOVERNO DA INDIA

Ministério de Petróleo, Produtos Químicos, Minas e Metais

(Departamento de Minas e Metais)

Repartição do Controlador dos Arrendamentos de Minas

Portaria

CML-(Z-244)/70-G

Ao abrigo dos "Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957" e das normas formuladas ao abrigo do mesmo.

Este é um caso para modificação das condições do contrato do arrendamento da mina de óxido de ferro e manganês em posse do Sr. Manuel Caetano Piedade Pacheco, para que o mesmo arrendamento esteja de conformidade com as disposições do «Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957» (daqui em diante chamado o Act de 1957) e das normas formuladas ao abrigo do mesmo.

Foi avisado o arrendatário de acordo com as normas acima mencionadas em que se mencionavam as modificações propostas.

Após examinar cuidadosamente os documentos e as razões apresentadas pelo arrendatário, determina-se que o referido arrendamento em questão, seja modificado como a seguir se indica:—

1. O período do arrendamento deverá ser de vinte anos, a partir de 15 de Janeiro de 1966, em todos os casos.

Período do arrendamento da mina	Renda por hectare
1. 1.º ano	Nil
2. 2.º ano até 5.º ano	Rps. 12.50
3. 6.º ano até 10.º ano	Rps. 25.00
4. 11.º ano para diante	Rps. 37.50

2. A renda deverá ser paga conforme se indica no quadro a seguir:—

(a) Os arrendamentos em execução que tenham menos de um ano, em 1 de Abril de 1968, gozarão do privilégio de ficarem isentos da renda durante o restante período de um ano e após este, ficarão sujeitos ao pagamento da renda de

years, after which they shall be liable to pay at the rate of Rs. 25-00 per hectare for next five years and at the rate of Rs. 37-50 per hectare thereafter, and

(b) Those leases which are in operation for more than one year as on 1-4-68 should have the benefit of dead rent at the rate of Rs. 12-50 per hectare for four more years after which they may be called upon to pay at the rate of Rs. 25-00 per hectare for next 5 years and at the rate of Rs. 37-50 per hectare thereafter.

3. The royalty shall be payable in respect of any mineral removed by the lessee from the leased area after 15-1-66 at the rate for the time being specified in the Second Schedule of the 1957 Act, in respect of that mineral.

4. It is further clarified that the royalty shall be paid in accordance with Section 9 of the 1957 Act, instead of according to the stipulations in the lease deed. The royalty, the dead rent, surface rent etc. for the period prior to 15-1-66 shall be paid as may be determined or ordered by the Government.

5. The lessee shall also pay, for the surface area used by him for the purpose of mining operations surface rent and water rate at such rate, not exceeding the land revenue, water and cesses assessable on the land, as may be specified by the State Government.

6. The total area, covered by all the above mentioned leases, is within the limit specified in the 1957 Act and hence requires no modification.

7. The following clause shall be deemed to be inserted in the aforesaid lease deed and shall form part thereof:

"except for the modifications made by this order, the lease shall be subject to the rules made or deemed to have been made under Section 13 and 18 of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 and orders and Notifications published by the Government of India, from time to time":

This order shall be published in the Official Gazette of the Government of Goa, Daman and Diu and copies thereof sent to the lessee and to the State Government. Copy each of this Order shall be placed in all the respective case-files.

The reasons for this Order have been embodied in the case-files and a copy each shall be forwarded to the lessee and the State Government.

G. V. D. Upadhyaya, Controller of Mining Leases.

Dated 15th May, 1970.

Order:

CML-(Z-77)/70-G

Under the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 and the Rules made thereunder.

This is a case for modification of the terms and conditions of the undermentioned mining lease of Oxide of Iron and Manganese held by Shri Nilconta Jaganata Coulecar, so as to bring the lease into conformity with the provisions of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957. (hereinafter called the 1957 Act), and the Rules made thereunder.

Case no.	Number and date of title	Mineral	Name of the mine	Area in hectares
Caso n.	Número e data do título	Mineral	Nome da mina	Área em hectares
Z-77	38 of 10-11-1950 T. T. 21-10-1957	Oxide of Iron and Manganese	Godeachem Devonavil Molentil Zaga	100.0000

Notices were served on the lessee, in accordance with the aforesaid Rules, in which the proposed modifications were conveyed to him.

After carefully reviewing and examining all the documents produced by the lessee and the arguments advanced by him,

Rps. 12-50 por hectare, por mais quatro anos, depois do qual ficarão sujeitos ao pagamento da renda de Rps. 25-00 por hectares, durante os próximos cinco anos, e à razão de Rps. 37-50 após este e

(b) Os arrendamentos em execução que tenham mais de um ano, em 1 de Abril de 1968, gozarão do privilégio de pagar renda à razão de Rps. 12-50 por hectare, por mais quatro anos, depois do qual pagará renda à razão de Rps. 25-00 por hectare, pelos próximos cinco anos e à razão de Rps. 37-50 por hectare após este.

3. Os direitos do privilégio serão pagos em relação a qualquer minério extraído da área arrendada pelo arrendatário, após 15 de Janeiro de 1966, segundo a percentagem presentemente indicada no quadro segundo do Act de 1957, em relação a este minério.

4. Esclarece-se mais que os direitos do privilégio serão pagos de acordo com o artigo 9.º do Act de 1957, em vez de o ser de acordo com o estipulado no contrato do arrendamento. Os direitos do privilégio, renda, renda pela superfície utilizada, etc., relativa ao período anterior a 15 de Janeiro de 1966, deverão ser pagos conforme for determinado pelo Governo.

5. O arrendatário também pagará pela superfície utilizada pelo mesmo, para os efeitos da exploração do minério a renda de superfície e a taxa de água segundo a percentagem, não excedente à contribuição predial e outros impostos pagáveis pelo terreno, que vier a ser indicada pelo Governo Estadual.

6. A área total ocupada por todos os arrendamentos acima mencionados, fica abrangida dentro do limite indicado no Act de 1957 e por isso não carece de modificação.

7. A seguinte cláusula deverá ser acrescentada no contrato do arrendamento e deverá considerar-se como sendo parte do mesmo:

«Com exceção das modificações feitas por esta portaria, o arrendamento fica sujeito às normas formuladas ou que se considerem formuladas ao abrigo dos artigos 13.º e 18.º do «Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957» e das portarias e despachos publicados pelo Governo da Índia, periodicamente».

A presente portaria deverá ser publicada no *Boletim Oficial*, do Governo de Goa, Damão e Diu e cópias da mesma deverão ser enviadas ao arrendatário e ao Governo Estadual. Uma cópia desta portaria, deverá ser junta em todos os respectivos processos.

As razões para esta portaria acham-se indicadas nos respectivos processos e uma cópia da mesma deverá ser enviada ao arrendatário e ao Governo Estadual.

G. V. D. Upadhyaya, Controlador dos Arrendamentos de Minas.

Datada de 15 de Maio de 1970.

Portaria

CML-(Z-77)/70-G

Ao abrigo dos "Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957" e das normas formuladas ao abrigo do mesmo.

Este é um caso para modificação das condições do contrato do arrendamento da mina de óxido de ferro e manganes em posse do Sr. Nilconta Jaganata Coulecar, para que o mesmo arrendamento esteja de conformidade com as disposições do «Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957» (daqui em diante chamado o Act de 1957) e das normas formuladas ao abrigo do mesmo.

Foi avisado o arrendatário de acordo com as normas acima mencionadas em que se mencionavam as modificações propostas.

Após examinar cuidadosamente os documentos e as razões apresentadas pelo arrendatário, determina-se que o refe-

it is hereby ordered that the lease in question stands modified as follows:

1. The period of the lease shall be twenty years commencing from the 15th January, 1966, in all the cases.

2. The dead rent shall be payable as specified in the Schedule below:—

Period of the mining lease	Rate of the dead rent per hectare
1. 1st year	Nil
2. 2nd year to the 5th year	Rs. 12-50
3. 6th year to 10th year	Rs. 25-00
4. 11th year onwards	Rs. 37-50

(a) Those leases which are in operation for less than one year as on 1-4-68 enjoy the benefit of «nil» dead rent for the balance period to make up one year in all and thereafter are charged at the rate of Rs. 12-50 per hectare for four more years, after which they shall be liable to pay at the rate of Rs. 25-00 per hectare for next five years and at the rate of Rs. 37-50 per hectare thereafter, and

(b) Those leases which are in operation for more than one year as on 1-4-68 should have the benefit of dead rent at the rate of Rs. 12-50 per hectare for four more years after which they may be called upon to pay at the rate of Rs. 25-00 per hectare for next 5 years and at the rate of Rs. 37-50 per hectare thereafter.

3. The royalty shall be payable in respect of any mineral removed by the lessee from the leased area after 15-1-66 at the rate for the time being specified in the Second Schedule of the 1957 Act, in respect of that mineral.

4. It is further clarified that the royalty shall be paid in accordance with Section 9 of the 1957 Act, instead of according to the stipulations in the lease deed. The royalty, the dead rent, surface rent etc. for the period prior to 15-1-66 shall be paid as may be determined or ordered by the Government.

5. The lessee shall also pay, for the surface area used by him for the purpose of mining operations surface rent and water rate at such rate, not exceeding the land revenue, water and cesses assessable on the land, as may be specified by the State Government.

6. The total area, covered by all the above mentioned leases, is within the limit specified in the 1957 Act and hence requires no modification.

7. The following clause shall be deemed to be inserted in the aforesaid lease deed and shall form part thereof:

“except for the modifications made by this order, the lease shall be subject to the rules made or deemed to have been made under Section 13 and 18 of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 and orders and Notifications published by the Government of India, from time to time”.

This order shall be published in the Official Gazette of the Government of Goa, Daman and Diu and copies thereof sent to the lessee and to the State Government. Copy each of this Order shall be placed in all the respective case-files.

The reasons for this Order have been embodied in the case-files and a copy each shall be forwarded to the lessee and the State Government.

G. V. D. Upadhyaya, Controller of Mining Leases.

Dated 16th May, 1970.

Order

CML-(Z-241)/70-G

Under the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 and the Rules made thereunder.

This is a case for modification of the terms and conditions of the undermentioned mining lease of Oxide of Iron and Man-

rido arrendamento em questão, seja modificado como a seguir se indica:—

1. O período do arrendamento deverá ser de vinte anos, a partir de 15 de Janeiro de 1966, em todos os casos.

2. A renda deverá ser paga conforme se indica no quadro a seguir:—

Período do arrendamento da mina	Renda por hectare
1. 1.º ano	Nil
2. 2.º ano até 5.º ano	Rps. 12.50
3. 6.º ano até 10.º ano	Rps. 25.00
4. 11.º ano para diante	Rps. 37.50

(a) Os arrendamentos em execução que tenham menos de um ano, em 1 de Abril de 1968, gozarão do privilégio de ficarem isentos da renda durante o restante período de um ano e após este, ficarão sujeitos ao pagamento da renda de Rps. 12-50 por hectare, por mais quatro anos, depois do qual ficarão sujeitos ao pagamento da renda de Rps. 25-00 por hectares, durante os próximos cinco anos, e à razão de Rps. 37-50 após este e

(b) Os arrendamentos em execução que tenham mais de um ano, em 1 de Abril de 1968, gozarão do privilégio de pagar renda à razão de Rps. 12-50 por hectare, por mais quatro anos, depois do qual pagarão renda à razão de Rps. 25.00 por hectare, pelos próximos cinco anos e à razão de Rps. 37-50 por hectare após este.

3. Os direitos do privilégio serão pagos em relação a qualquer minério extraído da área arrendada pelo arrendatário, após 15 de Janeiro de 1966, segundo a percentagem presentemente indicada no quadro segundo do Act de 1957, em relação a este minério.

4. Esclarece-se mais que os direitos do privilégio serão pagos de acordo com o artigo 9º do Act de 1957, em vez de o ser de acordo com o estipulado no contrato do arrendamento. Os direitos do privilégio, renda, renda pela superfície utilizada, etc., relativa ao período anterior a 15 de Janeiro de 1966, deverão ser pagos conforme for determinado pelo Governo.

5. O arrendatário também pagará pela superfície utilizada pelo mesmo, para os efeitos da exploração do minério a renda de superfície e a taxa de água segundo a percentagem, não excedente à contribuição predial e outros impostos pagáveis pelo terreno, que vier a ser indicada pelo Governo Estadual.

6. A área total ocupada por todos os arrendamentos acima mencionados, fica abrangida dentro do limite indicado no Act de 1957 e por isso não carece de modificação.

7. A seguinte cláusula deverá ser acrescentada no contrato do arrendamento e deverá considerar-se como sendo parte do mesmo:

«Com excepção das modificações feitas por esta portaria, o arrendamento fica sujeito às normas formuladas ou que se considerem formuladas ao abrigo dos artigos 13.º e 18.º do «Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957» e das portarias e despachos publicados pelo Governo da Índia, periodicamente».

A presente portaria deverá ser publicada no *Boletim Oficial*, do Governo de Goa, Damão e Diu e cópias da mesma deverão ser enviadas ao arrendatário e ao Governo Estadual. Uma cópia desta portaria, deverá ser junta em todos os respectivos processos.

As razões para esta portaria acham-se indicadas nos respectivos processos e uma cópia da mesma deverá ser enviada ao arrendatário e ao Governo Estadual.

G. V. D. Upadhyaya, Controlador dos Arrendamentos de Minas.

Datada de 16 de Maio de 1970.

Portaria

CML-(Z-241)/70-G

Ao abrigo dos «Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957» e das normas formuladas ao abrigo do mesmo.

Este é um caso para modificação das condições dos contratos do arrendamento da mina de óxido de ferro e manganes,

ganese held by Shri Babal Sanvalo Naique Tari, so as to bring the lease into conformity with the provisions of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 (hereinafter called the 1957 Act), and the Rules made thereunder.

em posse do Sr. Babal Sanvalo Naique Tari, para que o mesmo arrendamento esteja de conformidade com as disposições do «Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957» (daqui em diante chamado o Act de 1957) e das normas formuladas ao abrigo do mesmo.

Case no. Caso n.º	Number and date of title Número e data do título	Mineral	Name of the mine Nome da mina	Area in hectares Área em hectares
Z-241	91 of 7-11-1952 T. T. 6-9-1961	Oxide of Iron and Manganese	Ambadasorvo	94.5000

Notices were served on the lessee, in accordance with the aforesaid Rules, in which the proposed modifications were conveyed to him.

After carefully reviewing and examining all the documents produced by the lessee and the arguments advanced by him, it is hereby ordered that the lease in question stands modified as follows:

1. The period of the lease shall be twenty years commencing from the 15th January, 1966, in all the cases.

2. The dead rent shall be payable as specified in the Schedule below:

Period of the mining lease	Rate of the dead rent per hectare
1. 1st year	Nil
2. 2nd year to 5th year	Rs. 12-50
3. 6th year to 10th year	Rs. 25-00
4. 11th year onwards	Rs. 37-50

(a) Those leases which are in operation for less than one year as on 1-4-68 enjoy the benefit of «nil» dead rent for the balance period to make up one year in all and thereafter are charged at the rate of Rs. 12-50 per hectare for four more years, after which they shall be liable to pay at the rate of Rs. 25-00 per hectare for next five years and at the rate of Rs. 37-50 per hectare thereafter, and

(b) Those leases which are in operation for more than one year as on 1-4-68 should have the benefit of dead rent at the rate of Rs. 12-50 per hectare for four more years after which they may be called upon to pay at the rate of Rs. 25-00 per hectare for next 5 years and at the rate of Rs. 37-50 per hectare thereafter.

3. The royalty shall be payable in respect of any mineral removed by the lessee from the leased area after 15-1-66 at the rate for the time being specified in the Second Schedule of the 1957 Act, in respect of that mineral.

4. It is further clarified that the royalty shall be paid in accordance with Section 9 of the 1957 Act, instead of according to the stipulations in the lease deed. The royalty, the dead rent, surface rent etc. for the period prior to 15-1-66 shall be paid as may be determined or ordered by the Government.

5. The lessee shall also pay, for the surface area used by him for the purpose of mining operations, surface rent and water rate at such rate, not exceeding the land revenue, water and cesses assessable on the land, as may be specified by the State Government.

6. The total area, covered by all the above mentioned leases, is within the limit specified in the 1957 Act and hence requires no modifications.

7. The following clause shall be deemed to be inserted in the aforesaid lease deed and shall form part thereof:

“except for the modifications made by this order, the lease shall be subject to the rules made or deemed to have been made under Section 13 and 18 of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 and orders and Notifications published by the Government of India, from time to time”.

This order shall be published in the Official Gazette of the Government of Goa, Daman and Diu and copies thereof sent to the lessee and to the State Government. Copy each of this Order shall be placed in all the respective case-files.

Foi avisado o arrendatário de acordo com as normas acima mencionadas em que se mencionavam as modificações propostas.

Após examinar cuidadosamente os documentos e as razões apresentadas pelo arrendatário, determina-se que o referido arrendamento em questão, seja modificado como a seguir se indica:—

1. O período do arrendamento deverá ser de vinte anos, a partir de 15 de Janeiro de 1966, em todos os casos.

2. A renda deverá ser paga conforme se indica no quadro a seguir:—

Período do arrendamento da mina	Renda por hectare
1. 1.º ano	Nil
2. 2.º ano até 5.º ano	Rps. 12-50
3. 6.º ano até 10.º ano	Rps. 25-00
4. 11.º ano para diante	Rps. 37-50

(a) Os arrendamentos em execução que tenham menos de um ano, em 1 de Abril de 1968, gozarão do privilégio de ficarem isentos da renda durante o restante período de um ano e após este, ficarão sujeitos ao pagamento da renda de Rps. 12-50 por hectare, por mais quatro anos, depois do qual ficarão sujeitos ao pagamento da renda de Rps. 25-00 por hectares, durante os próximos cinco anos, e à razão de Rps. 37-50 após este e

(b) Os arrendamentos em execução que tenham mais de um ano, em 1 de Abril de 1968, gozarão do privilégio de pagar renda à razão de Rps. 12-50 por hectare, por mais quatro anos, depois do qual pagarão renda à razão de Rps. 25-00 por hectare, pelos próximos cinco anos e à razão de Rps. 37-50 por hectare após este.

3. Os direitos do privilégio serão pagos em relação a qualquer minério extraído da área arrendada pelo arrendatário, após 15 de Janeiro de 1966, segundo a percentagem presentemente indicada no quadro segundo do Act de 1957, em relação a este minério.

4. Esclarece-se mais que os direitos do privilégio serão pagos de acordo com o artigo 9.º do Act de 1957, em vez de o ser de acordo com o estipulado no contrato do arrendamento. Os direitos do privilégio, renda, renda pela superfície utilizada, etc., relativa ao período anterior a 15 de Janeiro de 1966, deverão ser pagos conforme for, determinado pelo Governo.

5. O arrendatário também pagará pela superfície utilizada pelo mesmo, para os efeitos da exploração do minério a renda de superfície e a taxa de água segundo a percentagem, não excedente à contribuição predial e outros impostos pagáveis pelo terreno, que vier a ser indicada pelo Governo Estadual.

6. A área total ocupada por todos os arrendamentos acima mencionados, fica abrangida dentro do limite indicado no Act de 1957 e por isso não carece de modificação.

7. A seguinte cláusula deverá ser acrescentada no contrato do arrendamento e deverá considerar-se como sendo parte do mesmo:

«Com exceção das modificações feitas por esta portaria, o arrendamento fica sujeito às normas formuladas ou que se considerem formuladas ao abrigo dos artigos 13.º e 18.º do «Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957» e das portarias e despachos publicados pelo Governo da Índia, periodicamente».

A presente portaria deverá ser publicada no Boletim Oficial, do Governo de Goa, Damão e Diu e cópias da mesma, deverão ser enviadas ao arrendatário e ao Governo Estadual. Uma cópia desta portaria, deverá ser junta em todos os respectivos processos.

The reasons for this Order have been embodied in the case-files and a copy each shall be forwarded to the lessee and the State Government.

G. V. D. Upadhyaya, Controller of Mining Leases.

Dated 16th May, 1970.

Order

CML-(Z-635)/70-G

Under the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 and the Rules made thereunder.

This is a case for modification of the terms and conditions of the undermentioned mining lease of Oxide of Iron held by Shri Babol Sanvalo Naique Tari, so as to bring the lease into conformity with the provisions of the Mines and Minerals conformity with the provisions of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 (hereinafter called the 1957 Act), and the Rules made thereunder.

Case No.	Number and date of title	Mineral	Name of the mine	Area in hectares
Caso n.º	Número e data do título	Mineral	Nome da mina	Área em hectares
Z-635	31 of 28-7-1958	Oxide of Iron	Chormoll e adjacentes	41.4000

Notices were served on the lessee, in accordance with the aforesaid Rules, in which the proposed modifications were conveyed to him.

After carefully reviewing and examining all the documents produced by the lessee and the arguments advanced by him, it is hereby ordered that the lease in question, stands modified as follows:—

1. The period of the lease shall be thirty years commencing from the 15th January, 1966, in all the cases.

2. The dead rent shall be payable as specified in the Schedule below:—

Period of the mining lease	Rate of dead rent per hectare
1. 1st year	Nil
2. 2nd year to 5th year	Rs. 12-50
3. 6th year to 10th year	Rs. 25-00
4. 11th year onwards.	Rs. 37-50

(a) Those leases which are in operation for less than one year as on 1-4-68 enjoy the benefit of «nil» dead rent for the balance period to make up one year in all and thereafter are charged at the rate of Rs. 12-50 per hectare for four more years, after which they shall be liable to pay at the rate of Rs. 25-00 per hectare for next five years and at the rate of Rs. 37-50 per hectare thereafter, and

(b) Those leases which are in operation for more than one year as on 1-4-68 should have the benefit of dead rent at the rate of Rs. 12-50 per hectare for four more years after which they may be called upon to pay at the rate of Rs. 25-00 per hectare for next 5 years and at the rate of Rs. 37-50 per hectare thereafter.

3. The royalty shall be payable in respect of any mineral removed by the lessee from the lease area after 15-1-66 at the rate for the time being specified in the Second Schedule of the 1957 Act, in respect of that mineral.

4. It is further clarified that the royalty shall be paid in accordance with Section 9 of the 1957 Act, instead of according to the stipulations in the lease deeds. The royalty, the dead rent, surface rent, etc. for the period prior to 15-1-66 shall be paid as may be determined or ordered by the Government.

5. The lessee shall also pay, for the surface area used by him for the purpose of mining operations, surface rent and water rate at such rate, not exceeding the land revenue, water and cesses assessable on the land, as may be specified by the State Government.

As razões para esta portaria acham-se indicadas nos respectivos processos e uma cópia da mesma deverá ser enviada ao arrendatário e ao Governo Estadual.

G. V. D. Upadhyaya, Controlador dos Arrendamentos de Minas.

Datada de 16 de Maio de 1970.

Portaria

CML-(Z-635)/70-G

Ao abrigo dos "Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957" e das normas formuladas ao abrigo do mesmo.

Este é um caso para modificação das condições do contrato do arrendamento da mina de óxido de ferro, em posse do Sr. Babol Sanvalo Naique Tari, para que o mesmo arrendamento esteja de conformidade com as disposições do «Mines and Minerals (Regulation and Development) Act 1957» (daqui em diante chamado o Act de 1957) e das normas formuladas ao abrigo do mesmo.

Case No.	Number and date of title	Mineral	Name of the mine	Area in hectares
Caso n.º	Número e data do título	Mineral	Nome da mina	Área em hectares
Z-635	31 of 28-7-1958	Oxide of Iron	Chormoll e adjacentes	41.4000

Foram expedidos avisos ao arrendatário de acordo com as normas acima mencionadas em que se mencionavam as modificações propostas.

Após examinar cuidadosamente os documentos e as razões apresentadas pelo arrendatário, determina-se que o referido arrendamento em questão, seja modificado como a seguir se indica:—

1. O período do arrendamento deverá ser de 30 anos, a partir de 15 de Janeiro de 1966, em todos os casos.

2. A renda deverá ser paga conforme se indica no quadro a seguir:—

Periodo do arrendamento da mina	Renda por hectare
1. 1.º ano	Nil
2. 2.º ano até 5.º ano	Rps. 12-50
3. 6.º ano até 10.º ano	Rps. 25-00
4. 11.º ano para diante	Rps. 37-50

(a) Os arrendamentos em execução que tenham menos de um ano, em 1 de Abril de 1968, gozarão do privilégio de ficarem isentos da renda durante o restante período até completar um ano e após este, ficarão sujeitos ao pagamento da renda de Rps. 12-50 por hectare, por mais quatro anos, depois do qual ficarão sujeitos ao pagamento da renda de Rps. 25-00 por hectare durante os próximos cinco anos, e à razão, de Rps. 37-50 após este, e

(b) Os arrendamentos em execução que tenham mais de um ano, em 1 de Abril de 1968, gozarão do privilégio de pagar renda à razão de Rps. 12-50 por hectare, por mais quatro anos, depois do qual pagará renda à razão de Rps. 25-00 por hectare, pelos próximos cinco anos, e à razão de Rps. 37-50 por hectare após este.

3. Os direitos de privilégio serão pagos em relação a qualquer minério extraído da área arrendada pelo arrendatário, após 15 de Janeiro de 1966, segundo a percentagem presentemente indicada no quadro segundo do Act de 1957, em relação a este minério.

4. Esclarece-se mais que os direitos de privilégio serão pagos de acordo com o artigo 9.º do Act de 1957, em vez de o ser de acordo com o estipulado no contrato do arrendamento. Os direitos de privilégio, renda, renda pela superfície utilizada, etc., relativa ao período anterior a 15 de Janeiro de 1966, serão pagos conforme for determinado pelo Governo.

5. O arrendatário também pagará pela superfície utilizada pelo mesmo, para os efeitos da exploração do minério, a renda de superfície e a taxa de água segundo a percentagem, não excedente à contribuição predial e outros impostos pagáveis pelo terreno, que vier a ser indicada pelo Governo Estadual.

6. The total area, covered by all the above mentioned leases, is within the limit specified in the 1957 Act and hence requires no modification.

7. The following clause shall be deemed to be inserted in the aforesaid lease deeds and shall form part thereof:

"except for the modifications made by this order, the lease shall be subject to the rules made or deemed to have been made under Section 13 and 18 of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 and orders and Notifications published by the Government of India, from time to time".

This order shall be published in the Official Gazette of the Government of Goa, Daman and Diu and copies thereof sent to the lessee and to the State Government. Copy of this Order shall be placed in all the respective case-files.

The reasons for this Order have been embodied in the case-files and a copy each shall be forwarded to the lessee and the State Government.

G. V. D. Upadhyaya, Controller of Mining Leases.

Dated 16th May, 1970.



GOVERNMENT OF GOA, DAMAN AND DIU

Special Department

Order

SPL-PER-359

On deputation from the Government of Maharashtra, Shri P. S. Nerurkar, Assistant Commissioner of Labour, is hereby appointed as Labour Commissioner, Government of Goa, Daman and Diu, for an initial period of one year, with effect from the date of his joining on the terms and conditions contained in Government of India, Ministry of Home Affairs letter no. F.1-33/64-Goa dated the 29th May, 1965, as amended from time to time.

With effect from the date Shri Nerurkar takes over, Shri S. R. Sawant, Under Secretary (I & L) shall be relieved of the Additional charge of the post of Labour Commissioner.

The post of Labour Commissioner is included in Schedule I of the Annexure to the Goa, Daman and Diu Civil Service Rules, 1967, as a Grade II post in the scale of pay of Rs. 350-900.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. H. Sakhalkar, Deputy Secretary, (Appointments).
Panaji, 12th June, 1970.

Order

SPL/PER/382

Read: i) Order No. SPL/GDDCS/39/68 dated 24th April, 1970 published in Government Gazette Series II, No. 5 dated 30th April, 1970.
ii) Notification No. SPL-PER-382 dated 1st June, 1970 published in Government Gazette Series II, No. 11 dated 11th June, 1970.

Dr. J. C. Almeida, Secretary (Revenue) is hereby appointed to officiate as Director of Fisheries in addition to his own duties with immediate effect, vice Shri W. G. Ranadive, and until Shri E. Palani takes over.

This order issues in supersession of this Department's order of even number dated 17th October, 1969 published in Government Gazette Series II, No. 31 dated 30th October, 1969.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. H. Sakhalkar, Deputy Secretary (Appointments).
Panaji, 15th June, 1970.

6. A área total ocupada por todos os arrendamentos acima mencionados, fica abrangida dentro do limite indicado no Act de 1957 e por isso não carece de modificação.

7. A seguinte cláusula deverá ser acrescentada no contrato do arrendamento e deverá considerar-se como sendo parte do mesmo:

"Com exceção das modificações feitas por esta portaria, o arrendamento fica sujeito às normas formuladas ou que se considerem formuladas ao abrigo dos artigos 13.^o e 18.^o do «Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957» e das portarias e despachos publicados pelo Governo da Índia, periodicamente».

A presente portaria deverá ser publicada no *Boletim Oficial*, do Governo de Goa, Daman e Diu e cópias da mesma, deverão ser enviadas ao arrendatário e ao Governo Estadual. Uma cópia desta portaria, deverá ser junta em todos os respectivos processos.

As razões para esta portaria acham-se indicadas nos respectivos processos e uma cópia da mesma deverá ser enviada ao arrendatário e ao Governo Estadual.

G. V. D. Upadhyaya, Controlador dos Arrendamentos de Minas.

Datada de 16 de Maio de 1970.

◆◆◆

(Tradução)

GOVERNO DE GOA, DAMÃO E DIO

Departamento Especial

Portaria

SPL-PER-359

Em deputação do Governo de Maharashtra, o Sr. P. S. Nerurkar, comissário de trabalho assistente, é nomeado comissário de trabalho do Governo de Goa, Damão e Diu, por período inicial de um ano, a partir da data em que entrar no exercício das funções, sujeito às condições constantes da nota n.º F.1-33/64-Goa, do Ministério do Interior do Governo da Índia, datada de 29 de Maio de 1965, com as alterações que sofrer periodicamente.

A partir da data em que o Sr. Nerurkar, tomar posse, o Sr. S. R. Sawant, Subsecretário (I & L) deverá ser dispensado do exercício cumulativo das funções de comissário de trabalho.

O lugar de comissário de trabalho acha-se incluído no quadro I, do anexo ao do «Goa, Daman and Diu Civil Services Rules, 1967» como lugar de 2.ª classe, com a escala de vencimento de Rps. 350-900.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

V. H. Sakhalkar, Secretário adjunto (Nomeações).
Panagi, 12 de Junho de 1970.

Portaria

SPL/PER/382

Ref.: i) Portaria n.º SPL/GDDCS/39/68, de 24 de Abril de 1970, publicada no *Boletim Oficial* n.º 5, 2.ª série, de 30 de Abril de 1970.

ii) Despacho n.º SPL-PER-382, de 1 de Junho de 1970, publicado no *Boletim Oficial* n.º 11, 2.ª série, de 11 de Junho de 1970.

O Dr. J. C. Almeida, Secretário (Rendimentos), é nomeado, interinamente, Director dos Serviços de Pesca, cumulativamente com as funções do seu cargo, com efeito imediato, em substituição do Sr. W. G. Ranadive e até o Sr. E. Palani, tomar posse do cargo.

A presente portaria substitui a portaria deste Departamento, datada de 17 de Outubro de 1969, publicada no *Boletim Oficial* n.º 31, 2.ª série, de 30 de Outubro de 1969.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

V. H. Sakhalkar, Secretário adjunto (Nomeações).
Panagi, 15 de Junho de 1970.

Order

SPL-PER-374

Dr. Emidio Afonso, Director Public Health Laboratory, is appointed to officiate as Director of Health Services, with immediate effect.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. H. Sakalkar, Deputy Secretary (Appointments).

Panaji, 19th June, 1970.

Portaria

SPL-PER-374

O Dr. Emidio Afonso, director do Laboratório de Análises, é nomeado, interinamente, director dos Serviços de Saúde, com efeito imediato.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

V. H. Sakalkar, Subsecretário (Nomeações).

Panagi, 19 de Junho de 1970.

Law and Judicial Department

Order

LD/4/155/70

In exercise of the powers conferred by Rule 24 of the Goa, Daman and Diu Civil Service (Judicial Branch) Rules, 1970 the Administrator of Goa, Daman and Diu is hereby pleased to appoint Shri G. Venkata Ratnam, M.A., LL.B., Superintendent of Law and Judiciary Department as Grade II (Junior) Officer (Civil Judge Junior Division) under the said rule on an adhoc basis with effect from the date he assumes charge pursuant to the posting orders to be received from the Judicial Commissioner's Court.

The initial pay of Shri Ratnam is fixed at Rs. 475/- in the scale of Rs. 350-25-500-30-590-EB-30-900, in terms of F.R. 22(C).

The expenditure is to be debited to the Budget Head 21-Administration of Justice, C.1(1) pay of Officers C.1(3) Allowances and Honoraria.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

M. S. Borkar, Under Secretary.

Panaji, 22nd June, 1970.

Departamento de Justiça

Portaria

LD/4/155/70

No uso das faculdades conferidas pela norma 24.^a do «Goa, Daman and Diu Civil Service (Judicial Branch) Rules, 1970», o Administrador de Goa, Damão e Dio, nomeia, temporariamente, o Sr. G. Venkata Ratnam, M.A. LL.B., superintendente do Departamento de Justiça, como «Grade II (Junior) Officer (Civil Judge Junior Division) ao abrigo da citada norma, a partir da data em que tomar posse e de conformidade com as ordens de colocação do Tribunal do Comissário Judicial.

O vencimento inicial do Sr. Ratnam, é fixado em Rps. 475/- na escala de Rps. 350-25-500-30-590-EB-30-900, nos termos do F.R. 22(C).

O respectivo encargo será satisfeito pela verba «21-Administration of Justice, C.1 (1) pay of Officers C.1 (3) Allowances and Honoraria».

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Dio.

M. S. Borkar, Subsecretário.

Panagi, 22 de Junho de 1970.

Notification

RC/CN/11/70

By virtue of notification no. RN/O/41/70, dated 17-3-1970, the individuals whose names have been shown in column 1 are hereby authorized to change their names as shown in column 2.

SCHEDULE

S. No.	Old name	New name	1	2
1	Cristino Fernandes	Christopher Fernandes		
2	Socorro Agnelo Augusto Joe Wilton Fernandes	Khen Singh		
3	Hori Hajama	Hari Gajanan Raikar		
4	Rajarama Ananta Fotto Gaocar.	Rajaram Anant Phadte Gaunker		
5	Gopinata Pernim	Gopinath Savlem Pernim Khandeparkar		
6	Dataprassada Zoivonta Sinai Candeaparcar	Prasad Jaivant Khandeparkar		
7	Soiru Gopi Gaudio	Sadanand Gopi Vadkar		
8	Maria Lina Socorro de Araujo	Perpetua Socorro de Araujo		
9	Maria Goreti Cundoicar	Maria Goreti de Sousa		
10	Anabelle Robertina Menezes	Ana Maria Sandra Robertina Menezes		
11	Madhu Gaunço	Madhu Toliyo Phatarpenkar		
12	Esvonta Pereira	Yashwant Savantwadi-kar		
13	Emuna Mergulhão	Yamuna Keshav Surlikar		

O. P. Garg, Law Secretary.

Panaji, 5th June 1970.

Despacho

RC/CN/11/70

Em virtude do despacho n.º RN/O/41/70, de 17 de Março de 1970, os indivíduos cujos nomes se acham indicados na 1.^a coluna, são autorizados a mudar os seus nomes, conforme se indica na 2.^a coluna.

QUADRO

N.º de série	Nome anterior	Novo nome	1	2
1	Cristino Fernandes	Christopher Fernandes		
2	Socorro Agnelo Augusto Joe Wilton Fernandes	Khen Singh		
3	Hori Hajama	Hari Gajanan Raikar		
4	Rajarama Ananta Fotto Gaocar.	Rajaram Anant Phadte Gaunker		
5	Gopinata Pernim	Gopinath Savlem Pernim Khandeparkar		
6	Dataprassada Zoivonta Sinai Candeaparcar	Prasad Jaivant Khandeparkar		
7	Soiru Gopi Gaudio	Sadanand Gopi Vadkar		
8	Maria Lina Socorro de Araujo	Perpetua Socorro de Araujo		
9	Maria Goreti Cundoicar	Maria Goreti de Sousa		
10	Anabelle Robertina Menezes	Ana Maria Sandra Robertina Menezes		
11	Madhu Gaunço	Madhu Toliyo Phatarpenkar		
12	Esvonta Pereira	Yashwant Savantwadi-kar		
13	Emuna Mergulhão	Yamuna Keshav Surlikar		

O. P. Garg, Secretário de Justiça.

Panagi, 5 de Junho de 1970.

Notification

RC/CN/12/70

By virtue of notification n.º RN/O/41/70, dated 17-3-1970, the individuals whose names have been shown in column 1 are hereby authorized to change their names as shown in column 2.

SCHEDULE

Sr. No.	Old Name	New Name
	1	2
1	Conceição Piedade Fernandes	Conceição Piedade Pereira
2	Francisca da Costa	Francisca Castanha
3	Elias Fernandes	Antonio Elias Fernandes
4	Joaquina D'Souza	Fatima Juliet D'Souza
5	João Niasso	Lourenço João Niasso
6	Joaquim Remedios Fernandes	Filipe Fernandes
7	Balcrisna Prabacar Camotim	Ramesh Prabhaker Kamat
8	João Paulo Fernandes e Rodrigues	João Paulo Fernandes e Crasto
9	Jose Vita Lemos	Joseph Vito Lemos
10	Gregorio Fernandes	Gregorio Barreto
11	Quiteria Naique	Quiteria Rodrigues
12	Malcolm Charles Pereira	Malcolm Charles Lourenço Pereira
13	Subhana Rama Porobo Chodnecar	Subhash Rama Prabhu
14	Jose Pereira	Jose Maria Pereira

O. P. Garg, Law Secretary.

Panaji, 5th June, 1970.

Notification

LD/4/155/70

In exercise of the powers conferred by section 12 of the Code of Criminal Procedure 1898, as extended to the Union Territory of Goa, Daman and Diu, the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu hereby appoints Shri G. V. Ratnam, Civil Judge Junior Division as a Judicial Magistrate First Class with effect from the date on which he assumes charge, and;

In exercise of the powers conferred by section 37 of the said Code, invests him with all the additional powers of a Magistrate of the First Class, specified in Schedule IV of the said Code;

And further in exercise of the powers conferred by section 357 of the said Code Shri G. V. Ratnam is authorized to take down evidence in the English language.

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

M. S. Borkar, Under Secretary (Law).

Panaji, 22nd June, 1970.

Despacho

RC/CN/12/70

Em virtude do despacho n.º RN/O/41/70, de 17 de Março de 1970, os indivíduos cujos nomes se acham indicados na 1.ª coluna, são autorizados a mudar os seus nomes, conforme se indica na 2.ª coluna.

QUADRO

N.º de Série	Nome anterior	Novo nome
	1	2
1	Conceição Piedade Fernandes	Conceição Piedade Pereira
2	Francisca da Costa	Francisca Castanha
3	Elias Fernandes	Antonio Elias Fernandes
4	Joaquina D'Souza	Fatima Juliet D'Souza
5	João Niasso	Lourenço João Niasso
6	Joaquim Remedios Fernandes	Filipe Fernandes
7	Balcrisna Prabacar Camotim	Ramesh Prabhaker Kamat
8	João Paulo Fernandes e Rodrigues	João Paulo Fernandes e Crasto
9	Jose Vita Lemos	Joseph Vito Lemos
10	Gregorio Fernandes	Gregorio Barreto
11	Quiteria Naique	Quiteria Rodrigues
12	Malcolm Charles Pereira	Malcolm Charles Lourenço Pereira
13	Subhana Rama Porobo Chodnecar	Subhash Rama Prabhu
14	Jose Pereira	Jose Maria Pereira

O. P. Garg, Secretário de Justiça.

Panagi, 5 de Junho de 1970.

Despacho

LD/4/155/70

No uso das faculdades conferidas pelo artigo 12.º do «Code of Criminal Procedure, 1898» conforme foi tornado extensivo ao território da União de Goa, Damão e Diu, o Governador-tenente de Goa, Damão e Diu, nomeia o Sr. G. V. Ratnam, «Civil Judge Junior Division» como Magistrado Judicial de 1.ª classe, a partir da data em que tomar posse.

No uso das faculdades conferidas pelo artigo 37.º do citado código, o mesmo é investido com todos os poderes adicionais de Magistrado de 1.ª classe, constantes do quadro IV, do citado código.

Mais, no uso das faculdades conferidas pelo artigo 357.º do citado código o Sr. G. V. Ratnam, é autorizado a mandar constatar depoimentos em inglês.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Diu.

M. S. Borkar, Subsecretário.

Panagi, 22 de Junho de 1970.